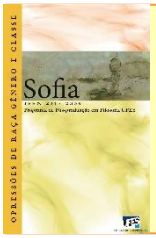
https://doi.org/10.47456/sofia.v15i2.52709



SOFIA

SOFIA, VITÓRIA (ES), V. 15, N. 2, P. 01-16, e15252709 Nov/2026
ISSN:2317-2339

FILÓSOFAS NEGRAS EM PERSPECTIVA

BLACK WOMEN PHILOSOPHERS IN PERSPECTIVE

Seção: Opressões de Raça Gênero e Classe

Autor(a): Halina Macedo Leal

ORCID: 0000-0001-6724-4622

Contato principal:
halina.leal@gmail.com

Afiliação: Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Campus Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil e Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Campus 1, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.

Como citar

LEAL, H M. Filósofas Negras em Perspectiva. *Sofia*, Espírito Santo, Brasil, v. 15, n. 2, p. e15252709, 2026. DOI: https://doi.org/10.47456/sofia.v15i2.52709 Disponível em: https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/52709 . Acesso em: 10 nov. 2026.

Resumo

Este artigo investiga os processos históricos e institucionais que produzem a posição marginal das mulheres negras na sociedade, em movimentos sociais e no campo filosófico. Defende-se que essa marginalização não se limita à desigualdade de acesso a espaços de formação e reconhecimento: ela também incide sobre os critérios que definem quem pode produzir conhecimento e o que pode ser reconhecido como filosofia. A partir de uma abordagem interseccional, em diálogo com o feminismo negro estadunidense e brasileiro e com trabalhos anteriores da autora, examinam-se as articulações entre racismo, sexismo e classismo. O texto argumenta que essas relações estruturam mecanismos de silenciamento, invisibilização e apagamento, os quais operam tanto nas relações sociais quanto nos processos de validação do conhecimento. Ao distinguir esses mecanismos e explicitar sua incidência no campo filosófico, sustenta-se que a presença de filósofas negras não constitui apenas uma demanda por representação, mas exige revisar pressupostos de neutralidade, universalidade, racionalidade e autoridade epistêmica que organizaram historicamente o cânone. Defende-se, assim, que a presença de mulheres negras na filosofia não é apenas uma demanda por representação, mas uma transformação profunda das estruturas epistemológicas, sociais e políticas do pensamento filosófico.

Palavras-chave: feminismo negro; filosofia; insurgência epistêmica; mulheres negras.

Abstract

This article examines the historical and institutional processes that produce the marginalization of Black women in society, social movements, and the field of philosophy. It argues that this marginalization is not limited to unequal access to spaces of education and recognition; it also affects the criteria that determine who can produce knowledge and what can be recognized as philosophy. Drawing on an intersectional approach, in dialogue with U.S. and Brazilian Black feminism and the author's previous work, the article examines the intersections of racism, sexism, and classism. It argues that these relations structure mechanisms of silencing, invisibilization, and erasure, which operate both in social relations and in processes of knowledge validation. By distinguishing these mechanisms and examining their effects within the philosophical field, the article maintains that the presence of Black women philosophers is not merely a demand for representation but also calls for a reassessment of the assumptions of neutrality, universality, rationality, and epistemic authority that have historically shaped the philosophical canon. It thus argues that the presence of Black women in philosophy is not merely a demand for representation, but entails a profound transformation of the epistemological, social, and political structures of philosophical thought.

Keywords: *black feminism; philosophy; epistemic insurgency; black women.*

Recebido: 19/05/2026

Received: 19/05/2026

Aprovado: 06/11/2026

Approved: 06/11/2026

Publicado: 10/11/2026

Published: 10/11/2026

Copyright (c) 2026 Halina Macedo Leal – CC BY Attribution 4.0 International License. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License

Introdução

Pensar filósofas negras em perspectiva nos obriga a deslocar o olhar. Obriga-nos a ver de outro lugar, um lugar que historicamente foi negado, mas que sempre existiu. Pensar a partir da experiência das mulheres negras é pensar desde o avesso da história oficial da filosofia. É questionar não apenas os temas e os métodos da tradição, o dito cânone filosófico, mas o que a própria filosofia decidiu nomear como "filosofia". Trata-se, assim, de questionar como a história da filosofia foi construída, quais experiências foram tomadas como universais e quais critérios de racionalidade, linguagem, método e autoridade sustentaram a delimitação do que conta como pensamento filosófico.

O problema central deste artigo é, portanto, compreender de que modo as relações de poder que organizam a sociedade brasileira também atravessam a constituição do campo filosófico, produzindo obstáculos específicos ao reconhecimento das mulheres negras como sujeitas de conhecimento. A tese defendida é a de que a presença de mulheres negras na filosofia não representa somente uma reivindicação de inclusão ou representatividade: ela põe em questão os próprios critérios epistemológicos e institucionais pelos quais se define o que é filosofia, quem está autorizado a filosofar e quais formas de produção do conhecimento recebem legitimidade.

A hipótese que orienta a reflexão é a de que os processos de exclusão não operam de uma única forma. Eles se articulam por meio do silenciamento, da invisibilização e do apagamento. Esses mecanismos não são sinônimos: o primeiro desautoriza a fala; o segundo impede o reconhecimento de alguém como sujeito produtor de conhecimento; e o terceiro consolida a ausência nos registros, nas narrativas históricas e nas referências que organizam a memória coletiva. No campo filosófico, podem atuar em sequência, mas também simultaneamente.

A abordagem é interseccional. Isso significa dizer que raça, gênero e classe não serão tratados como variáveis independentes que se somam externamente, mas como relações de poder que se constituem e se modificam mutuamente em contextos históricos determinados e que incidem diretamente nas experiências das mulheres negras. Como desenvolvido em trabalhos anteriores da autora sobre feminismo negro e interseccionalidade (Leal, 2020; Leal, 2021a), a articulação dessas categorias permite compreender experiências que se tornam ininteligíveis quando analisadas a partir de um sujeito universal abstrato e de categorias isoladas, como "a mulher" ou "a pessoa negra".

Para tanto, o artigo percorre distintos momentos. Primeiro, apresenta-se o lugar social das mulheres negras, tomando dados de desigualdade como indicadores de estruturas que distribuem de maneira desigual recursos, proteção e oportunidades. Em seguida, examinam-se disputas e limites presentes em vertentes dos movimentos feministas e negros, sem pressupor que esses movimentos sejam homogêneos. Por fim, analisa-se a incidência desses processos no campo filosófico, explicitando os pressupostos epistemológicos questionados pelo processo de insurgência das mulheres negras na filosofia.

1. Os (Não) Lugares das Mulheres Negras

A expressão "(não) lugar" não deve ser compreendida como a afirmação de que mulheres negras não ocupam espaços sociais ou não produzem conhecimento. Ao contrário, ela nomeia uma posição contraditória: mulheres negras estão presentes no trabalho, na vida política, nas universidades, nos movimentos sociais e na produção cultural, mas essa presença é frequentemente acompanhada de desigualdade material, sub-representação nos espaços de decisão e deslegitimação de suas experiências e interpretações. O "não lugar" deve ser visto, assim, como uma posição socialmente produzida e não uma ausência natural.

O (não) Lugar das Mulheres Negras na Sociedade

Ao olharmos para estrutura social brasileira identificamos o que significa dizer que as mulheres negras estão na base da pirâmide social. Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023), a renda média mensal de uma mulher negra (preta ou parda) foi de R$ 1.781, o que corresponde a 62% da renda das mulheres brancas (R$ 2.870) e a apenas 47% da dos homens brancos (R$ 3.793). Os homens brancos recebem 113% a mais do que as mulheres negras. Essas camadas também aparecem nas estatísticas de morte e violência. De acordo com o Atlas da Violência 2024 (IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública), as mulheres negras são 61% das vítimas de feminicídio no Brasil e 68,9% das mortes violentas intencionais de mulheres. No campo da saúde, o Ministério da Saúde (Boletim de Vigilância da Mortalidade Materna, 2022) mostra que a mortalidade materna entre mulheres negras é 2,1 vezes maior do que entre mulheres brancas. Esses dados evidenciam desigualdades persistentes entre mulheres negras e outros grupos. Esses números não demonstram, por si sós, a existência de injustiça epistêmica no campo filosófico, mas mostram que as condições materiais de existência são distribuídas de maneira racializada e generificada. Isso reflete no acesso desigual das mulheres negras à educação e ao tempo de pesquisa, precarização do

trabalho, menor presença em posições institucionais de autoridade, redes de reconhecimento restritas e critérios de avaliação que podem desqualificar determinados temas, linguagens e experiências abordados por esse grupo de mulheres. Ou seja, é sobre os corpos das mulheres negras que recaem as múltiplas opressões de uma sociedade estruturada no racismo, no patriarcado e no classismo, onde a mulher negra é continuamente empurrada para um espaço de ausência política, de invisibilidade social e de deslegitimação epistêmica. Um lugar em que sua presença é tolerada apenas sob condições de subalternidade, mas raramente reconhecida de modo a lhe conferir o status de sujeita plena de humanidade, poder e conhecimento.

O (não) Lugar das Mulheres Negras em Movimento Sociais

No que se refere aos movimentos sociais, em especial os movimentos feministas e negros, vemos que o histórico dos movimentos feministas indica desinteresse inicial no tratamento de questões de raça. Angela Davis (2016), em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, descreve situações em que sufragistas estadunidenses se colocam ostensivamente contra o direito ao voto de homens negros, com argumentos voltados somente à questão de gênero, sem considerar os extremos que a condição da opressão de raça impunha às pessoas negras (Leal, 2021a) Afirma Davis:

> Havia um poderoso fator de ingenuidade política na análise feita por Stanton[1] a respeito das condições vigentes no fim da guerra, o que significava que ela estava mais vulnerável do que nunca à ideologia racista. [...] Quando os republicanos ortodoxos contestaram a reivindicação pelo sufrágio feminino no pós-guerra com o slogan "Chegou a hora do negro", eles estavam, na verdade, dizendo em silêncio "Chegou a hora de mais de 2 milhões de votos para nosso partido". Contudo, Elizabeth Cady Stanton e suas seguidoras parecem ter acreditado que era "a hora do sexo masculino" e que os republicanos estavam dispostos a estender aos homens negros todos os privilégios da supremacia masculina. Na Convenção pela Igualdade de Direitos de 1867, quando foi questionada por um representante negro se apoiaria a extensão do voto aos homens negros mesmo que as mulheres não se tornassem eleitoras também, ela respondeu: "Digo que não; eu não confiaria a eles meus direitos; desvalorizados, oprimidos, eles poderiam ser mais despóticos do que nossos governantes anglo-saxões já são [...]" (Davis, 2016, p. 82-83).

Davis aponta para o fato de que as sufragistas lideradas por Stanton expressaram total descontentamento quando, depois da Guerra Civil dos Estados Unidos, os homens negros obtiveram o direito ao voto e elas não, proferindo, naquele momento, reclamações

[1] Elizabeth Cady Stanton foi uma sufragista que enviou uma carta ao editor do *New York Standard,* datada de 26 de dezembro de 1865, na qual expressa ideias racistas para justificar sua postura contra o direito ao voto para homens negros.

explicitamente racistas. Esse grupo de mulheres criticou emendas aprovadas em favor da concessão de direito ao voto aos homens negros da Associação pela Igualdade de Direitos:

> (...) na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam – frequentemente de modo egoísta e elitista – seu relacionamento fraco e superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra. (...) Com a aprovação [do direito ao voto aos homens negros], elas sentiam possuir razões tão fortes a favor do sufrágio quanto os homens negros. No entanto, ao articular sua oposição com argumentos que evocavam os privilégios da supremacia branca, demonstravam o quanto permaneciam indefesas – mesmo após anos de envolvimento em causas progressistas – contra a perniciosa influência ideológica do racismo (Davis, 2016, p. 84-85).

Nesse movimento, além das feministas não conseguirem entrar em um acordo em questões referentes à raça, nem cogitaram considerar a situação das mulheres negras. Estas foram totalmente ignoradas.

Posteriormente, saindo do contexto estadunidense, um outro grande movimento feminista ocorreu na França, tendo como base teórica a obra *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir (1908-1986). Quando a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) finda, a maioria dos países desenvolvidos e daqueles em que houve processos de descolonização, o voto das mulheres já era realidade. Com isso, muitas das demandas de movimentos feministas da época haviam sido satisfeitas e várias mulheres abandonaram a militância. Outras continuaram trabalhando, principalmente com os problemas econômicos e com as reformas das leis sobre a infância e a maternidade. Foi nesse contexto que a obra de Beauvoir inicia uma nova etapa do feminismo. Diferentemente de reivindicar direitos, como havia feito o feminismo até então, a filósofa discorre sobre a teoria de que a mulher historicamente tem sido considerada como a outra em relação ao homem, sem que haja reciprocidade. Ela salienta que o homem em nenhum momento é o outro, ao contrário ele é o centro, a medida e a autoridade. Nesse sentido, o homem é o essencial e a mulher está sempre em relação de assimetria com ele. Com Beauvoir, o movimento feminista se assenta não somente nas reivindicações, mas nas indagações às ciências e disciplinas da cultura e do conhecimento, concluindo que não há nada de biológico nem de natural que explique a subordinação e a discriminação das mulheres. A cultura, segundo ela, se impõe e atribui papéis às mulheres (Leal, 2021a).

Alguns anos depois, no contexto estadunidense, Betty Friedan, em sua obra *A Mística Feminina* (1963), analisou a profunda insatisfação das mulheres estadunidenses consigo mesmas, com suas vidas e como elas traduziam essa insatisfação em problemas pessoais

manifestados em diversas patologias como ansiedade e depressão, por exemplo. Para Friedan, para além de um problema particular, essas questões eram um problema político. A reação patriarcal contra o sufragismo, e a incorporação das mulheres na esfera pública durante a Segunda Guerra, fez com que a sociedade dominada por homens definisse o lugar da mulher como mãe e esposa, com possibilidades cerceadas de realização pessoal, sendo geralmente culpabilizada por não estar feliz:

> O problema era minimizado dizendo à dona de casa que ela não percebia como tinha sorte: era sua própria chefe, não batia ponto, não tinha nenhum estagiário querendo roubar sua vaga. E daí que não fosse feliz? Ela achava que todo homem era feliz? Será que na verdade ainda desejava secretamente ser homem? Será que ainda não tinha se dado conta de como tinha sorte por ser mulher? (...) o problema também era minimizado quando se dizia que não havia solução: ser mulher é isso; o que há de errado com as estadunidenses que não conseguem aceitar seu papel com graciosidade? (Friedan, 2020, p. 23).

Assim como as sufragistas, tanto Simone de Beauvoir quanto Betty Friedan não postularam a situação das mulheres negras. O fato é que, ao definirem indistintamente as questões de gênero, as feministas universalizaram as suas experiências e reduziram estas experiências às necessidades de um grupo de mulheres: das mulheres brancas geralmente de classe média.

No Brasil, o movimento feminista seguiu esses marcos históricos e não pautou, durante bastante tempo, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras. O feminismo negro ganha força e visibilidade a partir da década de 1970, com o Movimento de Mulheres Negras (MMN). Nesse momento, pensadoras e ativistas negras, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, problematizam a falta de uma abordagem entrecruzada nas pautas de gênero e de raça pelos movimentos sociais, assim como estavam fazendo Angela Davis, bell hooks e outras. De forma similar ao caminho analítico trilhado pelas feministas negras estadunidenses, as feministas negras brasileiras apontaram para a falta de abordagem racial no movimento feminista brasileiro, o qual não pautava a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras; assim como apontaram para a falta de interesse, no movimento negro liderado por homens, de atuar nas lutas contra o machismo e o sexismo.

Nesse sentido, é possível afirmar que determinado viés dos movimentos feministas expressou, na sua estruturação, e algumas feministas ainda expressam, um pensamento reducionista, e, sobretudo, indiferente às situações de dominação e opressão sofridas por mulheres negras, revelando, em diferentes nuances, uma face ainda racista.

Os movimentos negros, por sua vez, ao banirem debates e análises de gênero, vêm demonstrando desinteresse em combater o sexismo. Nesses movimentos, as questões raciais estão historicamente ocupando um lugar hierárquico superior às questões de gênero. Em geral, argumenta-se que, se as questões raciais forem resolvidas, automaticamente as dificuldades pelas quais as mulheres negras passam desapareceriam. Assim, negligencia-se o fato de que sobre as mulheres negras não recai somente a opressão racial. Às mulheres negras, por serem mulheres, recai também a opressão de gênero e de modo extremamente violento, pois vem entrecruzada com a opressão racial.

Nesse contexto, as questões de raça e suas dificuldades associam-se unicamente ao ser homem negro, e as questões de gênero unicamente ao ser mulher branca. As experiências das mulheres negras não se inserem nem no ser mulher nem no ser negro. Seja nas discussões teóricas, seja nas vivências do dia a dia, a mulher negra experiencia o não lugar. Em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano,* ao se referir a este ponto, Grada Kilomba afirma que as mulheres negras têm sido incluídas em diversos discursos que não interpretam as suas realidades. Segundo Kilomba, o sujeito do discurso de gênero é a mulher branca e o sujeito do discurso sobre o racismo é o homem negro. Deste não lugar ou – como afirma Kilomba, a partir de Heidi Safia Mirza (*Black British Feminism*, 1997) – deste espaço vazio que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, denominado de "terceiro espaço", as mulheres negras habitam uma espécie de vácuo de apagamento e de contradição que se sustenta pela polarização entre mulheres de um lado e negros de outro, com as mulheres negras no meio. (Kilomba, 2019, p. 96-97) As mulheres brancas, embora sofram as consequências da opressão de gênero, numa sociedade racista, não sofrem a opressão de raça. Os homens negros, embora sofram as consequências do racismo, por serem homens numa sociedade patriarcal, não sofrem a opressão de gênero. Neste sentido, tanto homens negros quanto mulheres brancas encontram condições de se constituírem enquanto sujeitos. (Leal, 2021b)

Com relação a este ponto, Grada Kilomba afirma:

> As mulheres *brancas t*êm um status oscilante, como o eu e como a *"Outra"* dos homens *brancos* porque elas são *brancas*, mas não homens. Os homens *negros* servem como oponentes para os homens *brancos*, bem como competidores em potencial por mulheres *brancas*, porque são homens, mas não são *brancos*. As mulheres *negras*, no entanto, não são *brancas* nem homens e servem, assim, como a *"Outra"* da alteridade (Kilomba, 2019, p .191).

Kilomba ressalta que as narrativas separadas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (Kilomba, p. 97-98). Portanto, não é possível, no caso

das mulheres negras, compreender gênero e opressão racial de forma separada, pois a separação aumenta a invisibilidade das diferentes necessidades das mulheres negras comparadas aos homens negros e às mulheres brancas.

É nesse sentido que é importante compreender a noção de interseccionalidade como base da compreensão da situação das mulheres negras. O termo "interseccionalidade" foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, teórica crítica da raça e jurista estadunidense, especialmente para evidenciar os limites de análises que tratavam discriminações raciais e de gênero como eixos separados. Entretanto, a elaboração conceitual do termo não inaugura a reflexão sobre a articulação entre essas relações. Antes e para além de sua nomeação acadêmica, mulheres negras já denunciavam que suas experiências não eram adequadamente compreendidas por perspectivas que tomavam como referência exclusiva a experiência das mulheres brancas ou a dos homens negros.

No feminismo negro estadunidense, essa crítica aparece em diferentes momentos e formulações, como nos trabalhos de Angela Davis, Patricia Hill Collins e Bell Hooks. A perspectiva interseccional não consiste em somar opressões — como se uma mulher negra sofresse primeiro racismo, depois sexismo e, em seguida, classismo. Ela permite examinar como essas relações se organizam conjuntamente, produzindo posições sociais, formas de vulnerabilidade e possibilidades de resistência específicas. A experiência de uma mulher negra não é a simples justaposição de uma experiência feminina e uma experiência negra previamente constituídas.

No Brasil, reflexões e práticas políticas de mulheres negras também articularam gênero, raça e classe antes da ampla circulação acadêmica do termo "interseccionalidade". Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, entre outras intelectuais e ativistas, denunciaram os limites de perspectivas que não reconheciam a especificidade das experiências das mulheres negras. Como a autora argumenta em "A interseccionalidade como base do feminismo negro" (Leal, 2021a), é importante não apagar essa genealogia política e intelectual nem reduzir a interseccionalidade a uma etiqueta teórica descolada das lutas que lhe dão sentido.

A abordagem interseccional também exige cuidado com o modo como se descrevem os movimentos sociais. Não houve um feminismo único, homogêneo e invariável, assim como não houve um movimento negro inteiramente uniforme. Houve disputas internas, alianças, tensões e diferentes graus de acesso à visibilidade e aos recursos. O argumento, portanto, não é o de que "o feminismo" ou "o movimento negro" tenham sempre excluído todas as

mulheres negras da mesma maneira. É que determinadas vertentes, organizações, agendas e discursos hegemônicos privilegiaram experiências particulares e, ao fazê-lo, limitaram a capacidade de compreender as relações entre raça, gênero e classe.

A desigualdade social não determina mecanicamente a exclusão intelectual, mas constitui parte das condições que a tornam possível e persistente. A passagem do diagnóstico social ao argumento epistemológico deve ser compreendida por essa mediação: estruturas sociais distribuem, de forma desigual, recursos e oportunidades; instituições acadêmicas reproduzem, em diferentes graus, essas assimetrias; e práticas de reconhecimento podem transformar desigualdades de participação em desigualdades de autoridade, credibilidade e memória.

O (não) lugar das mulheres negras na filosofia

A filosofia, por sua vez, não está fora das relações sociais que organizam a produção e a circulação do conhecimento. A universidade, os programas de formação, os periódicos, os grupos de pesquisa, os concursos, as traduções e os currículos participam da definição de quais problemas são considerados relevantes, quais autores são lidos e quais modos de argumentar recebem autoridade.

Na filosofia, seja ela institucional ou não, mesmo quando as mulheres negras sobrevivem a variadas violências, elas enfrentam um tipo específico de violência: a violência epistêmica. Ao olharmos novamente para os dados, segundo o Censo da Educação Superior de 2022 (INEP, 2023), menos de 0,4% das docentes doutoras se autodeclaram mulheres negras. E, no campo da filosofia, essa presença é quase simbólica: atuação em raros programas de pós-graduação, sobretudo como docentes, poucos grupos de pesquisa, escassas traduções e referências bibliográficas[2].

A crítica à filosofia hegemônica não se resume a afirmar que ela é "branca, europeia e masculina". É preciso explicitar o que essa caracterização indica. Em sua formação moderna e em suas narrativas dominantes, a filosofia frequentemente apresentou como universal um sujeito situado, associando a racionalidade legítima a um modelo de conhecimento abstrato, desincorporado e supostamente neutro. A crítica feminista, antirracista e pós-colonial mostra que a pretensão de neutralidade pode ocultar as condições históricas de produção do

[2] Ainda não há dados publicados no Brasil referentes às mulheres negras em programas de pós-graduação em filosofia e grupos de pesquisa.

conhecimento e os privilégios que permitem a determinados sujeitos falarem a partir de uma posição não marcada.

Questionar essa universalidade não significa rejeitar a razão, abandonar a argumentação ou sustentar que toda afirmação é igualmente válida. Significa perguntar quais experiências foram excluídas da construção dos problemas filosóficos, quais formas de expressão foram desqualificadas e porque determinados procedimentos foram elevados à condição de padrão universal. A crítica incide sobre a identificação entre uma forma histórica particular de racionalidade e a própria racionalidade, como se não houvesse diversificadas maneiras rigorosas de formular problemas, construir conceitos, interpretar experiências e avaliar argumentos.

Falar em múltiplas racionalidades, nesse contexto, não significa postular racionalidades incomunicáveis ou dispensadas de justificação. Significa reconhecer que a atividade de pensar pode partir de experiências, tradições, práticas e linguagens diversas, sem que essas diferenças sejam previamente classificadas como inferiores ao modelo dominante. A pluralidade não elimina a exigência de argumentação, mas amplia o campo das questões, dos repertórios conceituais e das formas de elaboração que podem participar do debate filosófico.

Para as mulheres negras, a disputa é complexa, porque a exclusão racial e a exclusão de gênero se articulam a hierarquias de classe e a padrões de autoridade intelectual. A presença de mulheres negras no campo filosófico precisa ser pensada para além de sua inclusão numérica, considerando os mecanismos que condicionam a produção, a circulação e o reconhecimento de suas ideias (Leal, 2021b). A questão não é somente quantas mulheres negras ingressam em departamentos ou programas de pós-graduação, mas em que condições podem definir agendas, orientar pesquisas, publicar, traduzir, integrar bibliografias e serem reconhecidas como filósofas.

2. Do (não) Lugar à Insurgência Epistêmica e Política das Mulheres Negras na Filosofia

Não se pode negar que na filosofia (em especial, na filosofia brasileira), tem ocorrido um avanço com relação à existência de movimentos de mulheres e movimentos que reivindicam uma maior presença negra.

No que se refere ao movimento de mulheres na filosofia, referimo-nos a uma dupla transformação: por um lado, à ampliação dos conteúdos filosóficos, que passam a incorporar experiências, saberes e perspectivas de mulheres; por outro, à ocupação de espaços, As mulheres estão se tornando visíveis como professoras, pesquisadoras e pensadoras. Esse movimento questiona o próprio significado da filosofia, ao questionar, num certo sentido, suas fronteiras conceituais seus critérios de legitimidade e os modos como o pensamento foi historicamente delimitado a partir de corpos e experiências específicas. Ainda é um questionamento sutil, enfrentando dificuldades sobretudo quando se trata de pensar a presença de mulheres negras na filosofia.

O movimento negro na filosofia, por sua vez, parece que representa um passo mais radical no tensionamento a respeito do que é filosofia. Ele desafia os limites do que a própria tradição filosófica reconhece como "filosófico". As filosofias africanas e afrodiaspóricas, por exemplo, foram historicamente marginalizadas, questionadas em sua legitimidade e tratadas como folclore, mito ou sabedoria popular. Quando o pensamento filosófico parte da experiência negra, calcada na ancestralidade, espiritualidade, corporeidade e resistência, ele não apenas amplia o campo do pensar, mas o reconfigura.

No que se refere às mulheres negras, salienta-se que a posição marginal das mulheres negras na filosofia não se deve a uma suposta limitação intelectual, mas a um processo histórico e social de produção e reprodução de padrões de inferiorização cognitiva a elas impostos e que recaem violentamente sobre elas, por serem mulheres e negras numa sociedade, e num ambiente filosófico, estruturalmente racista, sexista e classista.

Há um vácuo que se manifesta tanto na ocupação de espaços quanto na produção e no reconhecimento dos pensamentos das mulheres negras. Esse vácuo é o resultado de um conjunto de mecanismos históricos e institucionais que atuam em diferentes níveis, a saber: o silenciamento, a invisibilização e o apagamento.

O silenciamento consiste em impedir alguém de falar, de ser ouvida ou de ser levada a sério. Na filosofia, isso ocorre quando as mulheres negras, mesmo presentes em debates e reflexões, são interrompidas, ignoradas ou desacreditadas em suas falas. É o gesto que desautoriza a palavra antes mesmo dela se constituir em discurso.

A invisibilização vai além, não se cala somente a voz, mas nega-se às mulheres negras o reconhecimento como alguém que pensa, age e produz conhecimento. As mulheres negras

são, muitas vezes, vistas como objeto de reflexão, tema de debate sobre raça e gênero, raça ou gênero, raça, gênero e classe, mas nem sempre como sujeitas de pensamento e reflexão. As mulheres negras são, muitas vezes, invisibilizadas e, portanto, deslegitimadas.

E quando o silenciamento e a invisibilização se perpetuam, instala-se o apagamento: suas vozes, já silenciadas e invisibilizadas, desaparecem dos registros, arquivos e memórias institucionais. É o que explica por que filósofas negras que contribuíram com reflexões fundamentais em distintos campos da filosofia simplesmente não aparecem nos manuais de filosofia, nas histórias da filosofia, nem nas referências.

Se mulheres brancas e homens negros já ocupam um espaço marginal nesse cenário, quando falamos de mulheres negras, o desafio é ainda mais profundo. As mulheres negras encontram-se em uma posição ainda mais periférica e vulnerável, onde o racismo, o sexismo e o classismo se entrecruzam resultando em experiências de "não existência filosófica" ou de um "não ser filosófico".

Se há dificuldade na apropriação do cânone, essa dificuldade se intensifica quando se trata de propor uma revisão que implique a ampliação do que pode ser considerado filosófico e o enfrentamento direto de uma filosofia hegemônica e androcêntrica. Muitas filósofas negras que ousam propor temáticas e metodologias diversas à dita tradição de reflexão filosófica são, por vezes, mantidas sob vigilância ou simplesmente são isoladas e seus trabalhos ignorados. Patricia Hill Collins nos diz:

> Uma maneira de excluir a maioria das mulheres negras do processo de validação do conhecimento é permitir que algumas adquiram posições de autoridade em instituições que legitimam o conhecimento e nos incentivar a trabalhar em conformidade com os pressupostos de inferioridade feminina negra compartilhados pela comunidade acadêmica e pela cultura em geral. As mulheres negras que aceitam esses pressupostos provavelmente serão recompensadas por suas instituições. As que desafiam podem ser mantidas sob vigilância e correm o risco de acabar isoladas (Collins, 2019, p. 407).

Isso faz com que essas filósofas negras tenham suas ideias identificadas como pertencentes a outras áreas que não da filosofia, pois o que propõem e fazem não é considerado filosofia (Leal, 2021b).

Quando temáticas diversas, de pensadores negros e negras, por exemplo, são absorvidas no campo filosófico, a produção fica a cargo, na sua maioria, de homens brancos, seguidos de mulheres brancas que assumem essa episteme como seus objetos de pesquisa. O que

constitui um movimento importante para a ampliação do pensamento filosófico, um movimento necessário, mas não suficiente, tendo em vista o fato de que, mais uma vez, o silenciamento, a invisibilização e o apagamento podem acabar operando sobre as mulheres negras, enquanto produtoras de saberes filosóficos. O lugar das mulheres negras nunca esteve e não está dado, nem epistemicamente, nem como território a ser ocupado nos espaços de produção de conhecimento filosófico.

Os processos de silenciamento, invisibilização e apagamento ajudam a compreender por que a luta das mulheres negras na filosofia é, ao mesmo tempo, uma luta epistêmica e política. Cada fala, cada texto, cada presença é um ato de insurgência que desafia a estrutura que tentou e tenta calar as mulheres negras. Tais mulheres, ao pensarem, escreverem e se manifestarem, rompem o silêncio imposto, inscrevem suas vozes na história e reconstroem o próprio campo do pensamento filosófico.

A perspectiva de filósofas negras que questionam as estruturas racistas, sexistas e classistas, e que se alinham ao pensamento feminista negro, se apresenta como não essencialista, questionando filosofias modernas universalistas e denunciando as bases excludentes de produção do saber filosófico. O não essencialismo manifesta-se na compreensão de que a situação das mulheres negras, na sociedade em geral, em movimentos sociais e no contexto filosófico, resulta da sobreposição de opressões socialmente estabelecidas, o que impede qualquer apelo a uma "natureza" ou a "essências" que justifiquem a "não existência filosófica" ou o "não ser filosófico" desse grupo de mulheres. O foco desloca-se, assim, para a necessidade de explicitar os múltiplos aspectos envolvidos na deslegitimação das mulheres negras na filosofia, considerando que a realidade social, em especial, a realidade social da filosofia, é construída a partir de interações e articulações em que grupos são definidos segundo interesses de domínio e hegemonia.

Trata-se, assim, da recusa às formas de silenciamento, invisibilização e apagamento que sustentam a hegemonia de uma filosofia que historicamente insiste em não reconhecer as mulheres negras como sujeitas de conhecimento. Com seus atos de recusa do silenciamento, invisibilização e apagamento, as mulheres negras reafirmam que o pensamento filosófico feminino e negro não apenas é possível, mas revela-se indispensável à desestabilização das estruturas epistêmicas e sociais que persistem em negá-las, sobretudo, em negá-las na filosofia.

Desse modo, a insurgência do pensamento filosófico feminino e negro não se limita à reivindicação de visibilidade, sendo que, no campo filosófico, se opera com processos muito mais complexos, mas propõe uma reconfiguração profunda do próprio campo filosófico. Ao tensionar as fronteiras do que é reconhecido como conhecimento e conhecimento filosófico em especial, esse movimento desafia os critérios tradicionais de validação e legitimação de conhecimento. Trata-se, portanto, de um gesto ético e político que desloca o centro da filosofia e afirma a pluralidade como condição indispensável para a construção de um saber verdadeiramente autônomo.

A reivindicação de mulheres negras na filosofia não se orienta por conquistas individuais, mas pela construção coletiva de consciência e pela ampliação das possibilidades do próprio pensamento filosófico. As filósofas negras, ao reconhecerem suas trajetórias e potencialidades, se afirmam como "sujeitas filosóficas", sujeitas de transformação, e constroem caminhos de superação das estruturas de dominação da sociedade em geral e que, infelizmente, se reproduzem no contexto filosófico. Como sujeitas na filosofia, elas instauram uma pluralidade de formas de pensar e existir. Nesse sentido, o reconhecimento de filósofas negras na filosofia não se limita a um olhar somente para o grupo específico de mulheres negras, mas incide sobre toda a estrutura do saber filosófico. Assim, envolve a superação de estruturas que limitam a presença de mulheres indígenas, homens negros, mulheres não negras, comunidade LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e demais pessoas pertencentes a grupos socialmente subalternizados.

Ao se refletir sobre as bases dos sistemas opressivos, se amplia e pluraliza o campo filosófico, o campo político filosófico, com o fortalecimento de alianças e a oferta de novas possibilidades de luta, de reconstrução coletiva e, sobretudo, de fazer filosofia.

Conclusão

Neste artigo, buscou-se refletir acerca do (não) lugar das mulheres negras na filosofia, a partir do reconhecimento de que a exclusão desse grupo não é acidental, mas resultado de estruturas históricas, sociais e epistêmicas profundamente marcadas pelo racismo, pelo sexismo e pelo classismo. A marginalização das mulheres negras não ocorre apenas na ocupação dos espaços institucionais, mas também na definição do que conta como conhecimento legítimo e, sobretudo, do que é reconhecido como filosofia.

Os sistemáticos silenciamentos, invisibilizações e apagamentos referentes às mulheres negras estão presentes ao longo da história, tanto nas interações dessas mulheres na sociedade quanto em movimentos sociais e no campo filosófico. Ainda assim, suas experiências, reflexões e formas de expressão e resistência nunca deixaram de existir. O pensamento produzido por mulheres negras emerge justamente desse lugar historicamente negado, transformando a exclusão em potência crítica e em possibilidade de reconfiguração epistemológica e política.

Nesse sentido, a presença de mulheres negras na filosofia não deve ser compreendida apenas como uma demanda por inclusão ou representatividade. Trata-se de um deslocamento mais profundo, que questiona os critérios de legitimidade do saber filosófico, tensiona os limites do cânone e amplia as possibilidades do próprio exercício de filosofar. Ao introduzirem múltiplas experiências, racionalidades e distintas formas de existência no centro da reflexão filosófica, as filósofas negras desestabilizam a pretensa universalidade de uma tradição construída a partir de perspectivas brancas, masculinas e europeias.

A insurgência epistêmica e política das mulheres negras revela, assim, que a filosofia não é um campo neutro, mas um espaço atravessado por relações de poder. Por isso, reconhecer as mulheres negras como "sujeitas filosóficas" exige mais do que incorporá-las aos espaços já existentes: exige transformar as estruturas que historicamente definiram quem pode falar, pensar e produzir conhecimento.

Nesses termos, olhar para filósofas negras em perspectiva não é somente considerar a filosofia a partir de determinado ponto de vista, é vislumbrar possibilidades e refletir sobre o futuro da própria filosofia. Uma filosofia comprometida com a pluralidade, com a justiça epistêmica e com a transformação social precisa abrir-se às vozes historicamente marginalizadas, reconhecendo que são justamente essas vozes que possibilitam novos horizontes éticos, políticos e epistemológicos.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/ Acesso em: 12 de novembro de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Título*. Brasília: IPEA, 2023.

BOLETIM DE VIGILÂNCIA DA MORTALIDADE MATERNA. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*; tradução Jamile Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe.* tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina.* 1ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.* tradução Bhuvi Libanio. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.* tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, Halina. *Feminismo Negro*. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. V.6, p. 16-23, 2020.

LEAL, Halina. A interseccionalidade como base do feminismo negro. CADERNOS DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA (USP), v. 39, p. 21-32, 2021a.

LEAL, Halina. Mulheres negras e filosofia no Brasil. Filósofas. 1ed.Curitiba: Kotter Editorial, 2021b, p. 179-185.

Metadados Da Submissão

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

A autora assume responsabilidade por todos os aspectos deste artigo, conforme a taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy).

AGRADECIMENTOS

A autora agradece aos/às pareceristas anônimos/as pelas valiosas contribuições e sugestões que aprimoraram significativamente a versão final deste artigo.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho não recebeu financiamento de nenhuma agência de fomento.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A autora declarara o uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa na preparação deste manuscrito. Ferramentas: ChatGPT e Grammarly; revisão formal e gramatical do texto.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste artigo.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão integralmente contidos no manuscrito.

LICENÇA DE USO

Copyright (c) 2026 Halina Macedo Leal – CC BY Attribution 4.0 International License. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License

- **Texto completo:** CC BY 4.0. Uso gratuito com obrigação de reconhecer autoria e publicação original nesta revista.
- **Metadados:** CC0 1.0 Universal (Domínio Público) – livre uso, inclusive para fins comerciais.

EDITORA

Universidade Federal do Espírito Santo. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.
https://periodicos.ufes.br/index/index

EDITORES

Editor-chefe: Jorge Luiz Viesenteiner 0000-0003-3727-7890

Editor/*ad hoc*: Maria Cristina Longo Cardoso Dias 0000-0003-1007-2449

Editor/*ad hoc*: Cassiana Stephan 0000-0003-2687-1202

Editoração e revisão: Lucas Souza de Freitas 0000-0003-2305-6923

HALINA MACEDO LEAL

Halina Macedo Leal é doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de doutoramento na Stanford University (EUA), e realizou pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com bolsa PNPD/CAPES. É professora da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). É diretora de Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), na gestão 2025–2026, integrante do GT Filosofia e Raça da ANPOF e líder do GENERA – Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Gênero, Raça e Poder.

Os textos deste artigo foram revisados por terceiros e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação